

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MOBILIDADE URBANA E SUAS RELAÇÕES COM O DIREITO À CIDADE

*Public Housing, Urban Mobility and their implications for the
Right to the City*

Karina Monteiro Melo*

Universidade Federal Fluminense

Sergio Rafael Cortes de Oliveira**

Instituto Federal Fluminense

Resumo

O artigo investiga a relação entre Habitação de Interesse Social, direito à cidade e mobilidade urbana, utilizando pesquisa bibliométrica com dados da base *Scopus* de 1960 a 2024. Após a aplicação de critérios rigorosos de inclusão e exclusão, foram selecionadas 102 publicações para análise, revelando que, embora exista interação entre os temas, essa conexão não é claramente refletida nos títulos, resumos ou palavras-chave dos artigos. Num segundo momento, foram selecionados três artigos para análise mais profunda. Os autores analisados, como Rosenblatt e DeLuca (2012) e Chaskin e Joseph (2013), discutem o impacto das políticas de Habitação de Interesse Social nos Estados Unidos sobre o direito à cidade, ressaltando a importância da mobilidade urbana para garantir acesso a serviços e oportunidades. Kowaltowski *et al.* (2019) criticam o programa “Minha Casa, Minha Vida”, enfatizando que a produção em massa de habitações não resolve as desigualdades socioeconômicas e requer uma reformulação para promover inclusão social de fato. O artigo é organizado em quatro seções: introdução, pesquisa bibliométrica, resultados e discussão e considerações finais. As considerações finais sintetizam os achados, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais integrada nas discussões sobre habitação, mobilidade e direitos urbanos, para melhor compreender as complexidades da urbanização contemporânea e promover políticas mais eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação de Interesse Social. Direito à Cidade. Mobilidade Urbana. Planejamento Urbano. Pesquisa Bibliométrica.

Abstract

The article investigates the relationship between Social Housing, the right to the city, and urban mobility, using bibliometric research with data from the *Scopus* database from 1960 to 2024. After applying rigorous inclusion and exclusion criteria, 102 publications were selected for analysis, revealing that, although there is interaction between the topics, this connection is not clearly reflected in the titles, abstracts, or keywords of the articles. In the second phase, three articles were selected for a deeper analysis. The analyzed authors, such as Rosenblatt and DeLuca (2012) and Chaskin and Joseph (2013), discuss the impact of Social Housing policies in United States on the right to the city, highlighting the importance of urban mobility to ensure access to services and opportunities. Kowaltowski *et al.* (2019) criticize the “Minha Casa, Minha Vida” program, emphasizing that the mass production of housing does not resolve socioeconomic inequalities and requires a reformulation to truly promote social inclusion. The article is organized into four sections: introduction, bibliometric research, results, and final considerations. The final considerations synthesize the findings, emphasizing the need for a more integrated approach in discussions about

housing, mobility, and urban rights, to better understand the complexities of contemporary urbanization and promote more effective policies.

KEYWORDS: Social Housing. Right to the City. Urban Mobility. Urban Planning. Bibliometrics.

1. Introdução

A moradia, um dos direitos e garantias fundamentais sociais (Brasil, 1988) não basta por si só. A localização e as condições em que se vive são primordiais para o acesso à saúde, à qualidade de vida e às oportunidades de desenvolvimento pessoal (Artemisia, 2021).

Ao estudar as cidades e suas dinâmicas, fica evidente a relação entre o direito à cidade e a mobilidade urbana: para vivenciá-la de maneira plena, é necessário acessá-la por meio de uma mobilidade eficiente. Isso evidencia um outro aspecto a ser considerado: *se, e como* as pessoas que vivem nos locais mais afastados dentro da cidade, mais especificamente em conjuntos habitacionais, exercem seu direito à cidade plenamente.

O planejamento urbano baseado em princípios funcionalistas/modernistas tende a perpetuar a segregação, especialmente quando as moradias de interesse social estão localizadas em áreas carentes de serviços e infraestrutura acessível, o que pode ser encontrado pelo mundo inteiro e não apenas em países considerados parte da periferia do capitalismo, como o Brasil (Maricato, 2015).

Tendo como temas principais a Habitação de Interesse Social (HIS), o direito à cidade e a forma como estes se interrelacionam por meio da mobilidade urbana, este trabalho parte da seguinte questão: como os beneficiários dos conjuntos de Habitação de Interesse Social se inserem no direito à cidade por meio da mobilidade urbana?

Tem-se como premissa que a localização da moradia influencia diretamente no exercício do direito à cidade. Logo, o direito à moradia não pode ser considerado seu equivalente, mas sim um dos fatores que compõem o direito à cidade. Outro aspecto relevante é que a construção de HIS ao ser utilizada como uma ferramenta de perpetuação da segregação socioespacial, nega aos beneficiários o exercício pleno de seus direitos. E a terceira hipótese sugere que o tempo gasto nos deslocamentos dentro dos municípios, e até intermunicípios, afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores desses conjuntos e os impactos tendem a ser negativos.

O objetivo do trabalho é investigar a relação da localização da moradia, em especial dos conjuntos habitacionais de interesse social, com o acesso aos polos centrais de serviços nas cidades. Para tal, pretende-se realizar uma pesquisa bibliométrica¹ a respeito dos temas HIS, Direito à Cidade e Mobilidade Urbana para: identificar os autores e instituições que mais

1 Pesquisa bibliométrica é uma análise quantitativa da produção científica, baseada em metadados como autores, palavras-chave e citações, permitindo identificar tendências e padrões. O termo será detalhado na seção Metodologia aplicada.

estudam esses temas; detectar as principais tendências dessa área de estudos e correlacionar os principais autores e obras para corroborar ou refutar as hipóteses apresentadas.

Esta pesquisa pode cooperar para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial o ODS 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Contribuindo assim para uma possível transformação social e urbana, a partir do conhecimento e da Educação (ONU, 2015).

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, definida quanto aos objetivos como exploratória e descritiva, de abordagem qualiquantitativa, que utiliza como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica (Gil, 2019) e a pesquisa bibliométrica (Ferreira, 2002) desenvolvida a partir de documentos disponíveis na base de dados *Scopus*, cujo recorte temporal é de 1960 a 2024.

O texto foi estruturado a partir dessa introdução, com mais três seções e as considerações finais. A primeira seção aborda de maneira simplificada os três temas pesquisados. A segunda descreve os procedimentos metodológicos abordados, especialmente a pesquisa bibliométrica, que serve de base para as discussões teóricas, e os principais dados obtidos após a realização da bibliometria. A terceira seção traz um breve resumo dos principais autores e obras acerca da área de estudo selecionada e suas principais ideias e discussões a partir da análise do material produzido. E conclui com as considerações finais a respeito de todo o processo.

Em síntese, por meio dos resultados obtidos na pesquisa bibliométrica, percebe-se que os três temas analisados interagem entre si, mas essa interseção não é claramente perceptível, como no uso de termos específicos nas palavras-chave, por exemplo.

Os artigos de Rosenblatt e DeLuca (2012) e de Chaskin e Joseph (2013) discutem como as políticas de HIS em Chicago afetam o direito à cidade, destacando os conflitos socioeconômicos que surgem quando famílias de diferentes rendas são realocadas em empreendimentos de renda mista. Entrevistas com moradores demonstraram que estigmas raciais e econômicos são comuns, dificultando a convivência entre os moradores. A mudança para bairros de renda elevada trouxe benefícios para as famílias de baixa renda em termos de acesso a serviços e transporte, mas também problemas de vandalismo e discriminação.

No Brasil, Kowaltowski *et al.* (2019) afirmam que o programa “Minha Casa, Minha Vida” é uma ferramenta que amplifica a segregação socioespacial em larga escala, apesar de melhorar as condições de moradia. Reformular padrões mínimos de políticas habitacionais e integrar os conjuntos à malha urbana é essencial para melhorar a qualidade de vida dos beneficiários. A desconexão entre pesquisas e políticas públicas perpetua os problemas, indicando a urgência de estratégias viáveis para mudanças reais.

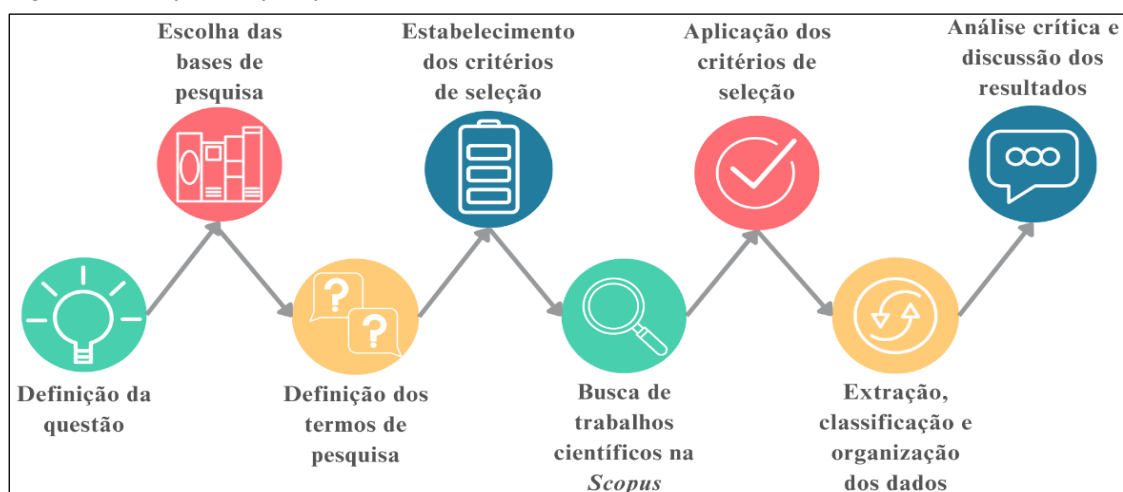
2. Metodologia aplicada

A bibliometria é um conjunto de métodos estatísticos que estabelece métricas a partir da produção científica bibliográfica, de forma a demonstrar como as áreas de estudo se interrelacionam. Alan Pritchard (1969) foi o primeiro a utilizar esse termo (Hood; Wilson, 2001).

Pitilin e Sanches (2020) evidenciam que por meio da bibliometria é possível conhecer as publicações indexadas em uma base de dados a partir de suas informações básicas como nome dos autores, ano de publicação, título, resumo, palavras-chave, países em que os pesquisadores estão situados e, com isso, identificar tendências relacionadas às áreas de conhecimento pesquisadas.

A pesquisa bibliométrica foi realizada em várias etapas, conforme a figura 1 a seguir:

Figura 1 – Etapas da pesquisa bibliométrica



Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

A questão que norteou a pesquisa bibliométrica foi: qual o panorama das publicações indexadas pela base *Scopus* em relação aos estudos em Habitação de Interesse Social e direito à cidade quanto à mobilidade urbana?

Os descritores utilizados na busca foram separados em três grupos por afinidade temática, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Descritores utilizados na busca

Habitação de Interesse Social	Direito à cidade	Mobilidade urbana
"public housing" "social housing" "housing complexes" "housing estates"	"right to the city" "urban management" "master plan" "urban perimeter"	"urban mobility" "public transportation" "commuting"

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Foram realizadas 77 buscas, das quais 26 trouxeram inicialmente 250 documentos, classificados de acordo com a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Informações sobre a aplicação dos critérios de seleção

Total de registros	Nº de publicações
Total encontrado a partir das buscas	250
Publicações excluídas por tipo diferente dos selecionados	41
Registros excluídos por repetição em diferentes buscas	35
Publicações excluídas por ausência de resumo	1
Registros excluídos pelo idioma	34
Publicações excluídas por não aderência ao tema	37
Total selecionado para análise	102

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Após esse processo de seleção de documentos, foram analisados 102 trabalhos ao longo do recorte temporal de 1960 a 2024. Como panorama geral percebeu-se que os anos de 2013, 2019 e 2023 obtiveram os maiores números de publicações sobre as áreas analisadas, com tendência de crescimento no volume de estudos. Das 102 publicações, 50% mencionavam questões sobre HIS, direito à cidade e mobilidade urbana interrelacionados. Os países que mais se destacaram foram Estados Unidos, com 30 documentos, e Brasil, com 23, o que demonstra o interesse nacional em estudar essas questões num país continental, com um dos maiores programas sociais de construção de moradias, o “Minha Casa, Minha Vida”. Os resultados serão discutidos na próxima seção.

3. Resultados

Após a realização da pesquisa bibliométrica conforme detalhado na seção anterior, foram escolhidos os dois documentos mais citados conforme os resultados da pesquisa bibliométrica, além do documento de afiliação brasileira mais citado. Os artigos escolhidos estão elencados no quadro 2.

Quadro 2 – Informações dos trabalhos selecionados

Cód.	Autores	Título	Ano	Nº cit.	País	Tema
18	Rosenblatt, P.; DeLuca, S.	<i>“We don’t live outside, we live in here”: Neighborhood and residential mobility decisions among low-income families</i>	2012	119	Estados Unidos	HIS, Direito à Cidade e Mobilidade Urbana
01	Chaskin, R. J.; Joseph, M. L.	<i>‘Positive’ gentrification, social control and the ‘right to the city’ in mixed-income communities: Uses and expectations of space and place</i>	2013	117	Estados Unidos	HIS e Direito à Cidade
36	Kowaltowski, D.; Muianga, E; Granja, A.; Moreira, D.; Bernardini, S.; Castro, M.	<i>A critical analysis of research of a mass-housing programme</i>	2019	30	Brasil	HIS, Direito à Cidade e Mobilidade Urbana

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Após a realização da pesquisa bibliométrica conforme detalhado na seção anterior, foram escolhidos os dois documentos mais citados conforme os resultados da pesquisa bibliométrica, além do documento de afiliação brasileira mais citado. Os artigos escolhidos foram elencados no quadro 2.

A seguir, apresenta-se a discussão dos artigos selecionados.

3.1 “We don’t live outside, we live in here”: Neighborhood and residential mobility decisions among low-income families – Rosenblatt, P.; DeLuca, S. (2012)

Rosenblatt e DeLuca (2012) afirmam, com base em suas pesquisas, que viver nas comunidades mais pobres e violentas dos EUA causa um impacto negativo no acesso à educação para crianças e às perspectivas de melhoria de vida para seus pais. A solução comumente empregada é a requalificação dessas áreas, de forma a promover melhores condições de vida.

Outra solução, considerada mais radical, é promover uma “mudança assistida” para que as famílias passem a morar em bairros “integradores”, com menores índices de pobreza e violência. Os programas que os autores citam foram o *Gautreaux*, oriundo de uma ação civil em Chicago, e o programa federal *Moving to Opportunity* (MTO; Mudando-se para Oportunidades – tradução nossa), que foi impulsionado pelo aparente sucesso do *Gautreaux* (Rosenblatt; DeLuca, 2012).

Um tópico recorrente no artigo são as mudanças de residência por parte das famílias, então Rosenblatt e DeLuca (2012) listaram diversos motivos pelos quais as pessoas se mudam:

- Se mudar faz parte do ciclo de vida, para acomodar necessidades mutáveis de espaço na habitação e acesso a serviços nos bairros (Speare, 1974 *apud* Rosenblatt; DeLuca, 2012);
- Diversos fatores socioeconômicos, tais como mudanças na carreira, estado civil, idade, educação, raça e *status* de propriedade da casa (Speare; Goldscheider; Frey, 1975; South; Crowder 1997 *apud* Rosenblatt; DeLuca, 2012);
- Relação custo-benefício entre a qualidade da habitação e as características do bairro que contém a casa (Tiebout, 1956; Quigley, 1979; Cadwallader, 1992; Shlay, 1985 *apud* Rosenblatt; DeLuca, 2012).

Esses aspectos explicam por que famílias se mudam, mas não justificam o real motivo por trás da escolha do local para onde se mudam. Além disso, não explicitam questões intrínsecas e subjetivas como receptividade dos credores e da vizinhança às famílias brancas

em comparação às afro-americanas, que eram maioria no MTO, o que pode ser determinante no processo de escolha da nova moradia (Rosenblatt; DeLuca, 2012).

Para investigar os reais motivos que fundamentam as decisões, os autores analisaram a localização das famílias em Baltimore (Maryland, EUA), entre 1994 e 2002. Levando em consideração três momentos: a localização tida como “original”, quando as famílias se cadastraram no MTO, a localização para onde fizeram sua primeira mudança e onde estavam em 2002. Foram analisados também o grau de agrupamento das famílias nos bairros de Baltimore, os dados do censo das localidades e entrevistas com as famílias (Rosenblatt; DeLuca, 2012).

Observou-se que muitos fatores subjetivos influenciaram os resultados do MTO, dos quais Rosenblatt e DeLuca (2012) destacam:

- **Acesso a transporte público:** maior disponibilidade de horários, especialmente à noite, fez com que muitas famílias escolhessem viver em apartamentos menores, ou em bairros com indicadores de pobreza elevados, para conseguir trabalhar em mais de um emprego, levar as crianças à escola ou ao médico, por exemplo.
- **Acomodação:** questões como parentes morando juntos para diminuir as despesas fizeram com que famílias numerosas voltassem a bairros mais pobres devido ao preço do aluguel. Com os preços do mercado imobiliário, não era viável conseguir uma casa espaçosa nos bairros mais abastados, mesmo com o auxílio do *voucher* do MTO. As principais demandas eram mais quartos e espaço de armazenagem, como *closet* e despensa.
- **Qualidade da moradia:** muitos proprietários dificultaram o acesso das famílias a seus imóveis por não aceitarem os *vouchers* do programa, ou por acreditarem que as famílias não saberiam como se comportar e limpar a casa por virem de bairros pobres. Outros, deixavam de fazer as manutenções necessárias, recebendo avaliações negativas no MTO, para que as famílias fossem obrigadas pelo programa a procurar outra moradia.

Pelo fato de muitas famílias terem vivido em áreas mais pobres por grande parte da vida, as deixavam com um senso de que poderiam proteger suas crianças por já conhecerem as dificuldades diárias e terem estratégias para enfrentá-las. Ao retornar a áreas mais pobres, os responsáveis pelas crianças negociavam com elas por onde poderiam se locomover, desviando os caminhos dos locais de venda de drogas ou com pouca iluminação, além de deixar claro aos vizinhos que não tinham ligações com o tráfico nem com quadrilhas. O conhecimento das fronteiras do bairro é usado como uma forma de se manter seguro (Rosenblatt; DeLuca, 2012).

De uma das entrevistas realizadas por Rosenblatt e DeLuca (2012) surge a frase: “*We don’t live outside, We live in here*” (Não vivemos lá fora, vivemos aqui dentro – tradução nossa) que explica que a família vive dentro do apartamento, e não na vizinhança. Quando os participantes foram forçados a escolher entre a necessidade de espaço habitacional e o desejo por bairros seguros, eles confiaram em métodos comprovados ao longo de suas vidas para se mover por áreas perigosas, minimizando as possíveis consequências de abdicar da qualidade do bairro para suprir necessidades na unidade habitacional. Um claro exemplo de autonegação do direito à cidade como forma de sobrevivência.

3.2 ‘Positive’ gentrification, social control and the ‘right to the city’ in mixed-income communities: Uses and expectations of space and place – Chaskin, R. J.; Joseph, M. L. (2013)

O artigo de Chaskin e Joseph (2013) aborda como a gentrificação² tem sido utilizada para “descompactar” a pobreza na malha urbana, por meio de duas estratégias: fazer com que famílias de baixa renda se mudem para comunidades mais abastadas ou atrair residentes de maior renda para bairros de baixa renda, muitas vezes através da demolição e reconstrução de complexos habitacionais públicos, transformando-os em novos empreendimentos de renda mista.

O objetivo principal dessas estratégias é integrar os residentes de baixa renda e de habitação pública nas novas comunidades. No entanto, esses esforços para criar bairros de renda mista geram controvérsias, especialmente sobre o real resultado da gentrificação: integrar pessoas de baixa renda em comunidades funcionais ou facilitar a apropriação do espaço urbano por residentes mais ricos. O artigo analisa três desenvolvimentos de renda mista em Chicago, examinando a dinâmica comunitária e os desafios decorrentes dessas iniciativas (Chaskin; Joseph, 2013). Segundo Chaskin e Joseph (2013):

Essas tensões – entre integração e exclusão, valor de uso e valor de troca, apropriação e controle, pobreza e desenvolvimento – são frequentemente manifestadas de forma mais concreta em respostas a diferentes expectativas relacionadas ao comportamento normativo apropriado e à negociação dessas expectativas no contexto das discussões sobre segurança, ordem, o que constitui o espaço “público” e a natureza e extensão dos direitos de uso desse espaço na vida cotidiana. Nos Estados Unidos, essas tensões são ainda mais complicadas pela dinâmica racial que sustenta a geração e reprodução da pobreza urbana (e.g., Wilson,

² Gentrificação positiva: estratégia de política pública que utiliza capital privado para atrair residentes de maior renda e revitalizar bairros. Embora busque a inclusão social, o processo gera tensões entre o valor de uso do espaço pelos moradores e o seu valor de troca para o mercado imobiliário (Chaskin; Joseph, 2013).

1987; Anderson, 1990; Massey e Denton, 1993; Pattillo, 2007). Os empreendimentos de renda mista dão um alívio superficial à essas tensões e possibilitam esforços mais deliberados e intencionais para gerenciá-las (Chaskin; Joseph, 2013, p. 481 – tradução nossa).

Chaskin e Joseph (2013) exploram como o desenvolvimento de comunidades de renda mista busca integrar residentes de baixa renda em áreas mais ricas, promovendo acesso a serviços, “comodidades” e socialização – para a criação de uma rede de apoio entre os moradores – que podem melhorar suas oportunidades para qualidade de vida.

Os autores usam a teoria da desorganização social³ para explicar que a presença de moradores de alta renda em locais tradicionalmente pobres pode aumentar o controle social e reduzir a criminalidade, mas também pode gerar conflitos entre diferentes grupos sociais com normas divergentes, especialmente quanto ao modo de vida nessas comunidades renovadas (Chaskin; Joseph, 2013).

O conceito de direito à cidade de Henri Lefebvre é utilizado para discutir as tensões entre o uso do espaço público e as restrições impostas por interesses de mercado, enfatizando a importância da participação e apropriação do espaço urbano por todos os cidadãos. Lefebvre (2001) afirma que o direito à cidade é o direito à apropriação, uso e desfrute do espaço urbano, além da participação nas decisões sobre sua produção. Este conceito enfatiza a transformação da cidade em uma obra de arte, priorizando o valor de uso e a habitação em vez de meramente um espaço de comércio e produção. Além disso, pode ser visto como um direito renovado à vida urbana, não apenas como um direito de visitação.

Para essa análise, Chaskin e Joseph (2013) realizaram entrevistas, observações de campo e pesquisa documental sobre três empreendimentos habitacionais de renda mista em Chicago: *Oakwood Shores*, *Park Boulevard* e *Westhaven Park*. Foram realizadas 225 entrevistas com residentes e informantes-chave, abrangendo diferentes tipos de moradia, incluindo residentes de habitação pública relocados e unidades de mercado. A coleta de dados ocorreu em duas etapas, em 2007 e depois 2008/2009, permitindo uma comparação das experiências e perspectivas dos residentes ao longo do tempo.

Após a coleta de dados, os autores exploram três aspectos da tensão entre os residentes: crime, expectativas comportamentais e regras formais, e como isso afeta a apropriação do espaço pelos moradores.

- **As percepções sobre segurança e desordem** estão ligadas a comportamentos considerados aceitáveis e à valorização do espaço público e isso tende a se acentuar num contexto de gentrificação. A preocupação principal dos moradores é com crimes

³ A teoria da desorganização social sugere que a delinquência e o comportamento criminoso são mais prováveis de ocorrer em comunidades com desorganização social, caracterizadas por pobreza, alta mobilidade residencial e diversidade étnica. Essas condições resultam em uma quebra dos laços sociais, falta de coesão comunitária e ineficácia na supervisão social, facilitando a ocorrência de crimes e comportamento desviante (Park; Burgess, 1925).

contra propriedade, como vandalismo e arrombamento de carros, e violência relacionada a gangues e drogas. A presença de jovens (majoritariamente negros) sem supervisão é frequentemente associada à criminalidade.

- **As regras e a percepção de justiça na apropriação dos espaços** podem gerar conflitos, o que coloca em xeque a ideia de que os empreendimentos de renda mista promovam a inclusão social das famílias de baixa renda. O que é visto como baderna pelos moradores de classe média/média-alta é frequentemente ligado a estigmas culturais. Preocupados com a possível desvalorização do imóvel, esses moradores demandam regras que restrinjam o uso dos espaços públicos nos empreendimentos. Isso materializa os diferentes valores de uso e troca das unidades habitacionais (UHs), afetando a qualidade de vida nas comunidades.
- **As regras formais para uso das UHs e de seus espaços públicos** são instituídas por incorporadores, proprietários dos imóveis e associações de moradores, de forma a manter a ordem e a segurança. Essas normas dão margem à discriminação, visto que a conservação das residências, os limites de barulho, horários e o uso dos espaços de convívio são subjetivos. O resultado é a privatização dos espaços públicos de convívio, criando a sensação de controle sobre a vida dos moradores, particularmente os de baixa renda que se sentem “monitorados” até mesmo dentro de suas UHs.

Após essas discussões, Chaskin e Joseph (2013) concluem que conjuntos habitacionais de renda mista, embora sejam ferramentas para atenuar a segregação social, em sua pós-ocupação surgem conflitos quanto à integração e/ou exclusão dos moradores, controle e apropriação dos espaços públicos. As preocupações com crime e segurança, bem como as expectativas sobre o uso do espaço, refletem valores e normas sociais que tendem a marginalizar as famílias de baixa renda. A análise sugere que a noção do “direito à cidade” deve ser reconsiderada, enfatizando a necessidade de garantir que todos os residentes tenham voz e acesso equitativo aos recursos urbanos.

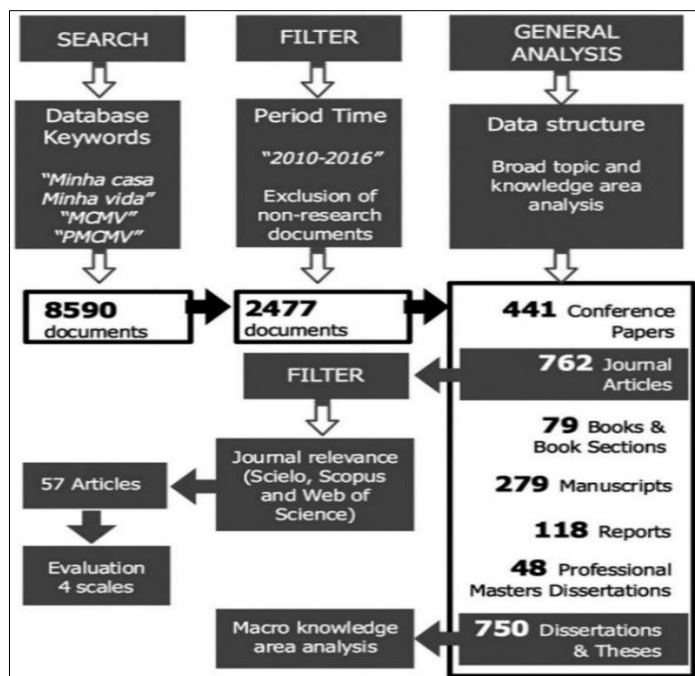
3.3 A critical analysis of research of a mass-housing programme –

Kowaltowski, D. C. C. K.; Muianga, E. A. D.; Granja, A. D.; Moreira, D. D. C.; Bernardini, S. P.; Castro, M. R. (2019)

O artigo de Kowaltowski *et al.* (2019), como o próprio título demonstra, é um exame das pesquisas realizadas no Brasil (ou vinculadas ao país) sobre programas habitacionais, com foco no “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV) do Governo Federal. No trabalho, os autores realizam uma análise crítica sobre como os estudos são conduzidos e indicam potenciais áreas a serem pesquisadas. Para tal, os autores realizaram uma pesquisa bibliométrica e

então selecionaram artigos, dissertações e teses para estudar de maneira mais aprofundada, conforme a figura 2.

Figura 2 – Metodologia da pesquisa sobre o programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV) entre 2010 e 2016



Fonte: Kowaltowski *et al.* (2019).

Essa pesquisa foi realizada em múltiplas bases de indexação, de forma a compreender o real panorama do trabalho científico sobre Habitação de Interesse Social e suas implicações. Após a análise, os autores identificaram como principais temas pesquisados: desenvolvimento social e político; problemas de planejamento urbano; *design* sustentável; custo, economia e finanças; materiais e metodologias de construção; métodos e ferramentas de avaliação e projeto arquitetônico e urbanístico.

A maior parte dos trabalhos se concentrou sobre os impactos na malha urbana, questões sociais e econômicas. Porém, esses estudos apresentam resultados contraditórios: uns defendem que o MCMV melhorou a qualidade de vida dos beneficiários, enquanto outros afirmam o oposto, citando aumento de gastos com transporte e contas de água e energia. Essa oposição pode ser explicada pelo vasto número de estudos de caso, que analisam situações/conjuntos habitacionais específicos.

Outra questão levantada é que as pesquisas têm influência limitada quanto ao projeto e à construção de moradias, e que mudanças nos modelos de políticas e de UHs são raras. Além disso, o MCMV expandiu as fronteiras urbanas de forma alarmante e mobilizou a especulação imobiliária, enquanto os terrenos urbanos vazios existentes não foram utilizados para habitação social. A falta de flexibilidade na política do MCMV é vista como uma das

causas. Diante do exposto, Cardoso (2013 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019) afirma que os principais problemas do MCMV são a segregação urbana e monotonia estética no *design* das UHs.

Kowaltowski *et al.* (2019) dividiram os resultados de acordo com questões de qualidade no projeto urbanístico (em escala regional) e no arquitetônico (em escala do usuário).

Quanto às questões urbanas:

- **Déficit habitacional:** entre 2009 e 2014, mais de 3 milhões de UHs foram construídas pelo MCMV (Brasil, 2015; 2017; CAIXA, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Porém, o déficit aumentou de 5,9 milhões em 2009 para 6,1 milhões de UHs em 2015 (Fundação João Pinheiro, 2017 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Alguns autores atribuem isso à recente recessão econômica com redução da capacidade de investimento e à instabilidade política no país. Logo, os programas habitacionais produzem mais para o mercado imobiliário do que para atenuar a lacuna da demanda social (Maricato, 2015 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019).
- **Estímulos econômicos:** um dos impactos pretendidos pelo MCMV é reduzir o desemprego recorrendo à indústria da construção civil, estimulando a economia por meio da aquisição de bens e serviços pelas famílias (Campos; Guilhoto, 2017 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Entretanto, programas de habitação em massa que dependem de subsídios governamentais tendem, no longo prazo, a aumentar a dívida pública do Estado e desregular a economia (McGuirk, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019).
- **Mudança na política pública:** MCMV tem uma lista de requisitos mínimos para compor as UHs e exige que o processo de projeto e construção seja feito de maneira participativa (Brasil, 2012a; 2012b *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Com isso, as construtoras cumprem os requisitos mínimos dentro de um orçamento limitado, especialmente nos empreendimentos voltados para a menor faixa de renda contemplada (Jesus, 2014 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Para diversificar as UHs e melhor atender os beneficiários, defende-se que a flexibilidade das políticas e estudos de impacto social são essenciais para avaliar os custos além da mera habitação (Esques; Vieira, 2016; França, 2015 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019).
- **Periferia urbana:** Devido à localização desses empreendimentos nas faixas mais periféricas das cidades, os moradores enfrentam como principais problemas, segregação social e mobilidade urbana. Outra questão abordada pelos autores é a monotonia arquitetônica e paisagística gerada pela

replicação em massa dos mesmos modelos habitacionais. Isso é causado por uma série de fatores como o preço dos terrenos periféricos ser menor e as construtoras tendem a construir vários conjuntos próximos, de forma a gerar economias de escala⁴ (Libertun de Duren, 2017 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019), ignorando o limite máximo de 300 UHs por empreendimento (Brasil, 2012a *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Os autores afirmam que grandes áreas ocupadas por até 3000 UHs (casas individuais ou blocos de apartamentos) podem ser identificadas nas periferias das cidades. Pessoas com deficiências se sentem isoladas e muitas famílias não conseguem arcar com o aumento nos custos de transporte. Muitos moradores não perceberam melhoria na qualidade de vida, porém problemas como inundações e deslizamentos foram reduzidos por meio do programa (Marques, 2016; Motta; Guerra, 2016; Serapião, 2016; Silva; Oliveira, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Como forma de resolver essas questões, Kowaltowski *et al.* (2019) afirmam que outros programas de assistência social, oportunidades de renda local e incentivos para vitalizar os bairros devem ser oferecidos para atenuar os problemas listados.

Na perspectiva do usuário:

- **Custo habitacional acessível:** A moradia deve custar menos de 30% da renda de um domicílio (Huchzermeyer; Misselwitz, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). A faixa mais baixa frequentemente não possui renda fixa, no entanto, a moradia é alcançada de forma precária através da autoconstrução informal. O custo habitacional é influenciado pelos custos de transporte e o tempo gasto nos deslocamentos, que afetam as condições socioeconômicas e de saúde dos moradores. Também há a regularização dos serviços, que traz consigo contas de água, energia e, dependendo da UH, taxas condominiais. Estudos afirmam que a redução dos custos com serviços e manutenção é de grande importância para as famílias, bem como a segurança pessoal e a provisão de áreas verdes ao redor das casas (Aragão; Hirota, 2016; Kowaltowski; Granja, 2011 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). A questão financeira também afeta a qualidade dos modelos padrão. A maioria dos processos de construção tem que se equilibrar entre a viabilidade de custos e a criatividade dos projetos, reforçando modelos padrão que não acomodam customização. Para atingir economias de escala, esses modelos têm custos sociais e ambientais indiretos que não são

⁴ Economias de escala, nesse caso, são aquelas geradas internamente pelas empresas ao ter mão de obra especializada, compra de insumos em grandes quantidades a preços menores e o uso eficiente de máquinas e equipamentos. Além disso, a concentração desses empreendimentos em uma mesma região gera economias externas devido à melhoria na infraestrutura (estradas, comunicações etc.) como um todo (Silva, 2004).

facilmente mensuráveis em termos monetários (Kopper, 2016; Quirino Neto; Carvalho; Goulart, 2015 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Os autores também destacam que flexibilizar regras e leis urbanísticas para a construção das habitações pode torná-las mais acessíveis financeiramente, porém pode perpetuar “habitações de segunda classe” (Buckley *et al.*, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019).

- **Qualidade de vida:** Os indicadores de qualidade de vida se fundamentam nas taxas de satisfação do usuário, que dependem de seu bem-estar psicológico, tornando a satisfação difícil de medir de forma independente (Gifford, 2001; Menezes, 2016; Villa; Ornstein, 2013; Kowaltowski; Granja, 2011 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Os autores afirmam que a qualidade de vida de muitas famílias do MCMV aumentou e os usuários ganharam *status* social. A possibilidade de ampliações na casa é valorizada, enfatizando que o programa padrão e as dimensões mínimas de espaço não atendem aos requisitos de grande parte dos usuários (Aragão; Hirota, 2016; Carvalho; Stephan, 2016; Kowaltowski; Granja, 2011; Mendonça; Villa, 2016; Nascimento, 2016; Serapião, 2016; Walker, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Para que a qualidade de vida melhore, os programas de assistência social devem estar alinhados a investimentos em melhores projetos urbano e arquitetônico dos empreendimentos. Riscos à saúde, conflitos familiares, comportamento social negativo, instabilidade no bairro e violência urbana podem estar associados à qualidade, localização e acessibilidade da habitação (Acolin; Green, 2017; Watson *et al.*, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019).
- **Qualidade projetual:** Estudos adotam novos métodos para conhecer os usuários e assim propor a realocação de custos, permitindo que os projetos de HIS não se restrinjam aos padrões mínimos (Hentschke; Formoso; Rocha; Echeveste, 2014; Ruiz; Granja; Kowaltowski, 2014 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Dados importantes sobre as necessidades, desejos e valores dos usuários podem redefinir modelos de projetos, estruturar processos participativos e justificar mudanças na forma de conduzir as políticas (Aragão; Hirota, 2016; Kowaltowski; Granja, 2011; Souza; Arruda; Mary, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). As pesquisas de qualidade do *design* concentram-se em descrições de ambientes urbanos monótonos e carentes de elementos paisagísticos (Carvalho *et al.*, 2014; Eskes; Vieira, 2016; Lerner, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). A população desses bairros também carece de acesso a centros infantis e de saúde, escolas, áreas comerciais e recreativas, bem como a uma variedade de serviços públicos. Ferreira (2012 *apud*

Kowaltowski *et al.*, 2019) afirma que projetos com qualidade arquitetônica e urbana são possíveis a preços equivalentes aos praticados pelo mercado habitacional geral. Para melhorar a qualidade, Aragão e Hirota (2016) e Kowaltowski e Granja (2011) indicam que deve ser dada importância aos conceitos de: privacidade; segurança (controle de acesso); funcionalidade do espaço; flexibilidade (mudança das necessidades do usuário); acessibilidade (desenho universal e facilidade de circulação de pessoas e bens); humanização e sustentabilidade.

- **Qualidade da construção:** Nesse aspecto, os trabalhos analisados por Kowaltowski *et al.* (2019) apresentam um consenso sobre as inúmeras patologias que afetam as residências no processo de pós-ocupação, deixando-as em situação semelhante às moradias anteriores dos beneficiários. Essas patologias estão relacionadas à má execução da construção e à falta de manutenção, tais como: instalações elétricas e hidráulicas defeituosas; infiltrações (vazamentos); e fissuras ou rachaduras (Caetano; Selbach; Gomes, 2016; Soares *et al.*, 2014 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Estas condições desencadeiam impactos socioeconômicos negativos aos usuários e constituem riscos de saúde e segurança. Os tipos de projeto e construção adotados em todo o país não respondem às especificidades regionais de clima, materiais de construção, conhecimentos técnicos etc. A falta de ventilação cruzada, bem como mau aproveitamento da iluminação natural, é um problema importante na maioria das zonas climáticas brasileiras. Em relação à acústica, paredes e janelas são consideradas inadequadas em relação ao isolamento acústico e questões de privacidade (Bulkeley; Luque Ayala; Silver, 2014; Invidiata; Ghisi, 2016; Paulsen; Sposto, 2013; Triana; Lamberts; Sassi, 2015 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019).
- **Retrofit⁵:** Diante do quadro exposto no tópico anterior, Kowaltowski *et al.* (2019) afirmam que será necessário um grande movimento para readequação desses conjuntos habitacionais de forma a atender às necessidades e aspirações dos usuários. O reforço estrutural, a eficiência energética e o conforto ambiental são os principais alvos do processo de retrofit, mas questões funcionais e estéticas do *design* arquitetônico também devem ser incluídas. Isso se justifica após três milhões de unidades habitacionais terem

⁵ Retrofit: Refere-se ao processo de atualização, modernização e revitalização de construções existentes para que passem a atender às necessidades e aspirações atuais de seus ocupantes. No contexto da habitação de interesse social, o retrofit foca primordialmente no reforço estrutural, na eficiência energética e no conforto ambiental, mas deve incluir também a resolução de questões de design arquitetônico funcional e estético.

sido construídas e suas avaliações pós-ocupação indicarem resultados abaixo do desejável (Bulkeley *et al.*, 2014; Invidiata; Ghisi, 2016; Paulsen; Sposto, 2013; Triana *et al.*, 2015; Villa; Ornstein, 2013 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019).

- **Participação dos beneficiários:** É de suma importância a participação dos usuários no processo de planejamento e construção do programa “Minha Casa Minha Vida” para incorporar necessidades e valores desejados (Aragão; Hirota, 2016; Kowaltowski; Granja, 2011; Medvedovski *et al.*, 2015; Rizek *et al.*, 2014; Serapião, 2016; Walker, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Estudos sobre processos participativos em Habitação de Interesse Social (HIS) confirmam a complexidade de seu “impacto de empoderamento”. Ao longo de um processo participativo, as dinâmicas das comunidades devem ser absorvidas e a “aprendizagem social” dos usuários precisa ocorrer (Walker, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). As pesquisas descreveram boas práticas em processos participativos de forma a evitar mal-entendidos, criar confiança e apoiar a tomada de decisões produtivas (Leckie, 2012; Medvedovski *et al.*, 2015 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019).
- **Métodos e protocolos de avaliação:** Segundo Bordass, Leaman e Eley (2006 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019), as avaliações dos edifícios devem incluir três aspectos importantes: satisfação dos ocupantes, desempenho ambiental e valor econômico das UHs. Aspectos técnicos (conforto ambiental, segurança, gestão e manutenção), funcionais (conforto espacial, *layout*, infraestrutura do edifício) e comportamentais (privacidade, territorialidade, espaço pessoal, percepção estética, qualidade do lugar) precisam ser avaliados com níveis de desempenho estabelecidos e técnicas de pesquisa rigorosas (Sanni-Anibire; Hassanain; Al-Hammad, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). Os empreendimentos do MCMV têm sido construídos seguindo os mesmos modelos em cidades pequenas e médias, porém megacidades precisam de atenção especial ao analisar os resultados das pesquisas (Buckley *et al.*, 2016 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019). A maioria dos estudos indica a necessidade de grandes melhorias na infraestrutura urbana, mas os padrões globais são questionados porque podem afetar a acessibilidade habitacional (Choguill, 2007 *apud* Kowaltowski *et al.*, 2019).

Todos esses pontos levantados sobre o Programa “Minha Casa, Minha Vida” no Brasil são válidos para outros países capitalistas periféricos. Kowaltowski *et al.* (2019) afirmam que Planos de Ação são necessários para melhorar as condições das moradias existentes e que as avaliações pós-ocupação são primordiais tanto para a requalificação delas quanto para a construção de novas moradias. Além disso, bairros degradados ou projetos habitacionais

isolados, sem infraestrutura e conexão com a rede urbana, podem ter sérios custos sociais, reforçando a questão primordial do direito à cidade. É primordial incluir a perspectiva do morador das UHs, como este se sente em relação às políticas públicas que o afetam diariamente.

3.4 Considerações acerca dos artigos

Pode-se perceber que os dois primeiros artigos, de Rosenblatt e DeLuca (2012) e de Chaskin e Joseph (2013) abordam como as políticas de HIS interferem no exercício do direito à cidade em Baltimore e Chicago. Conforme as leituras, ao “descompactar” a pobreza e inserir famílias de baixa renda em bairros de rendas mais elevadas (e vice-versa), inevitavelmente surgirão conflitos socioeconômicos ligados aos comportamentos considerados “aceitáveis” ou “adequados” no uso dos espaços públicos ligados às residências.

Muitos estigmas ligados à população negra de baixa renda foram percebidos por meio das entrevistas realizadas pelos autores supracitados. Tanto por parte das famílias de renda maior quanto das de baixa renda, que se sentiam rejeitadas devido à sua origem e etnia. Alcançar um meio-termo para um convívio pacífico não é tarefa fácil e está longe de ser concluída, visto que requer interesse de ambas as partes em compreender melhor uns aos outros.

Outra questão levantada por Rosenblatt e DeLuca (2012) é o acesso à serviços do dia a dia, como escolas, hospitais, ir e voltar do trabalho. Para os moradores de baixa renda que dependem do transporte coletivo, se mudar para locais de renda mais alta, com o auxílio de programas governamentais, possibilitou uma melhora na qualidade de vida, pois o transporte público funciona melhor nesses bairros. A diminuição do tempo gasto nesses deslocamentos pendulares é um fator importante na rotina dessas famílias, impactando na saúde física e mental. Porém, algumas famílias relataram problemas com vandalismo, visto que encontravam seus carros danificados nas vagas de garagem e isso é frequentemente associado com a discriminação socioeconômica.

Trazendo a discussão para o Brasil, Kowaltowski *et al.* (2019) reforçam o que foi explicitado nos artigos anteriores, que o modelo de segregação socioespacial de moradores de conjuntos habitacionais é uma tendência mundial, replicado em todo o Brasil por meio do “Minha Casa, Minha Vida”. O programa trouxe melhorias em relação às condições de moradia, porém a localização desses conjuntos, comumente em bairros isolados no limite do perímetro urbano, afeta o dia a dia dos beneficiários em outros aspectos, que acabam “anulando” as melhorias.

Todos os artigos analisados reforçam que se faz necessária uma reformulação dos padrões mínimos exigidos pelas políticas públicas de Habitação de Interesse Social, enfatizando questões como diversidade na composição familiar e mudanças climáticas.

Outro ponto de destaque que atravessou os estudos foi a urgência em integrar esses conjuntos à malha urbana, favorecendo o transporte público. Quando o transporte funciona de maneira eficiente, a qualidade de vida melhora e as pessoas se sentem mais dispostas a enfrentar suas rotinas.

Para concluir, existem grandes desconexões entre as descobertas de pesquisas e as políticas/estratégias públicas, ocasionando a reprodução em massa dos problemas apontados nos estudos. As políticas públicas habitacionais devem caminhar para um equilíbrio em atender aos valores dos usuários e às necessidades coletivas de habitação nas cidades, utilizando sistemas econômica, social e ambientalmente viáveis. A adoção de estratégias para trazer mudanças reais na qualidade de vida dos beneficiários é o que fará a diferença para mudar o quadro atual.

4 Considerações Finais

A moradia é um dos princípios norteadores nos estudos relacionados ao planejamento urbano e regional, especialmente quando associada ao direito à cidade e à mobilidade urbana. Nessa perspectiva, o objetivo da pesquisa bibliométrica realizada foi analisar as publicações indexadas pela base *Scopus* em relação aos estudos em Habitação de Interesse Social e direito à cidade quanto à mobilidade urbana, de 1960 a 2024.

Diante dos resultados apresentados, percebeu-se que há interação entre os três campos analisados, porém essa interseção não aparece de maneira óbvia, na utilização de termos característicos no título, no resumo ou nas palavras-chave. Só foi possível compreender a profundidade das análises relacionando as três áreas de estudo após a leitura e interpretação dos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos. Depois, os documentos foram classificados de acordo com os conceitos apresentados na segunda seção desse trabalho.

Os artigos de Rosenblatt e DeLuca (2012), Chaskin e Joseph (2013) e Kowaltowski *et al.* (2019) abordam de maneira prática a realidade das políticas habitacionais nos Estados Unidos e no Brasil, demonstrando que os processos de segregação socioespacial das camadas mais pobres é um fenômeno global que interfere na escala local, no dia a dia de seus beneficiários.

Os dois primeiros, ao estudarem Chicago, demonstram que ao tentar realocar as pessoas mais pobres pela malha urbana, os programas governamentais trouxeram benesses e prejuízos, uma vez que o direito à habitação não garante inclusão social e efetivação do

direito à cidade. Além disso, houve conflitos entre os moradores, devido aos estigmas raciais e econômicos enraizados na sociedade como um todo, dificultando a convivência pacífica das comunidades que se formam.

O terceiro, de Kowaltowski *et al.* (2019), traz a discussão para o Brasil, no MCMV, reforçando que a produção em massa de unidades habitacionais não é e nem pode ser a única ferramenta para atenuar as diferenças socioeconômicas da sociedade. Se faz necessária uma reformulação das exigências mínimas do programa, de forma a realmente atender às necessidades das famílias contempladas.

Por fim, o que os autores concluem é que a participação das famílias de baixa renda, que são o alvo principal das políticas públicas, é fundamental para que futuros empreendimentos não repitam os erros de seus antecessores.

Referências

ARTEM0049SIA. **Tese de impacto social em habitação**: oportunidades para empreender com impacto. 2. ed. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1HANE-LYm5evCvLtD1beex_aOEIhkCo3s/view. Acesso em: 15 ago. 2024.

CHASKIN, R. J.; JOSEPH, M. L. “Positive” Gentrification, Social Control and the “Right to the City” in Mixed-Income Communities: Uses and Expectations of Space and Place. *International Journal of Urban and Regional Research*, [s. l.], v. 37, n. 2, pp. 480-502, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2012.01158.x>. Acesso em: 05 out. 2024.

CLARIVATE ANALYTICS. **The Clarivate Analytics Impact Factor – Web of Science Group**. 2024. Disponível em: <https://clarivate.com/webofsciencegroup/essays/impact-factor/>. Acesso em: 16 set. 2024.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**. ano XXIII. n. 79. ago. Campinas: UNICAMP, p. 257-272, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 29 set. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOOD, W. W.; WILSON, C. S. *The literature of bibliometrics, scientometrics, and informetrics*. **Scientometrics**, Amsterdam, NL., v.52, n.2, p.291-314, Oct. 2001. Disponível em: <https://www.elshami.com/Terms/B/bibliometrics-Literature%202001.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K.; MUIANGA, E. A. D.; GRANJA, A. D.; MOREIRA, D. C.; BERNARDINI, S. P.; CASTRO, M. R. *A critical analysis of research of a mass-housing programme*. **Building Research & Information**, v. 47, n. 6, pp. 716-733, maio 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09613218.2018.1458551>. Acesso em: 05 out. 2024.

LEFEBVRE, H. *et al.* **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. **Vozes**, Petrópolis, 2002.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MELO, K; OLIVEIRA, S. R. C. INTERSEÇÕES ENTRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, DIREITO À CIDADE E MOBILIDADE URBANA: pesquisa bibliométrica na base *Scopus* de 1960 a 2024. In: XXII Seminário de Integração, 2024, Campos dos Goytacazes. **Anais XXII Seminário de Integração 2024**: Mudança climática, inclusão social e desenvolvimento, 2024. Disponível em: <https://seminariodeintegracao.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2024/12/5-INTERSECOES-ENTRE-HABITACAO-DE-INTERESSE-SOCIAL-DIREITO-A-CIDADE-E-MOBILIDADE-URBANA.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MUGNAINI, R.; SALES, D. **Mapeamento do uso de índices de citações e indicadores bibliométricos na avaliação da produção científica brasileira**. In: XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Brasília, DF, 23 a 26 de out. 2011. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/183413>. Acesso em: 27 ago. 2024.

PARK, R. E.; BURGESS, E. W. 1925. *The City: Suggestions for Investigation of Human Behaviour in the Urban Environment*. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180410142239id_/http://shora.tabriz.ir/Uploads/83/cms/user/File/657/E_Book/Urban%20Studies/park%20burgess%20the%20city.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

PITILIN, T.; SANCHES, R. A caminhabilidade: uma análise bibliométrica. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 8, n. 2, p. e00129-e00129, 2020. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/129/100>. Acesso em: 27 ago. 2024.

ROLNIK, R; KLINTOWITZ, D. (I)Mobilidade na cidade de São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 25, n. 71, p. 89–108, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10600>. Acesso em: 13 set. 2024.

ROSENBLATT, P.; DELUCA, S. “We Don’t Live Outside, We Live in Here”: Neighborhood and Residential Mobility Decisions among Low–Income Families. **City & Community**, [s. l.], v. 11, n. 3, pp. 254-284, set. 2012. Disponível em: <https://doi-org.ez135.periodicos.capes.gov.br/10.1111/j.1540-6040.2012.01413.x>. Acesso em: 05 out. 2024.

SILVA, R. C. R. S. **A indústria petrolífera em Macaé**: caracterização e potencialidades do sistema produtivo local. 2004. Tese (Doutorado em Ciências de Engenharia – área produção) – Laboratório de Engenharia de Produção, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, fevereiro de 2004.

NOTAS

* Karina Monteiro Melo

Arquiteta e Urbanista, Especialista em Cidades e Suas Tecnologias

E-mail: karinamelo@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8036-5880>

** Sergio Rafael Cortes de Oliveira

Doutor em Engenharia Civil

E-mail: sergio.oliveira@iff.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4800-6148>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto

HISTÓRICO

Recebido em: 15-05-2026 – Aprovado em: 25-06-2026 – Publicado em: 30-06-2026